



ESTADO DE RONDÔNIA

DIÁRIO

OFICIAL

DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 66

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2007

ANO XXV

SUMÁRIO

3ª SESSÃO ESPECIAL DA 1ª SL
TERMO ADITIVO
ATOS DIVERSOS

3ª SESSÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA.
Em 23 de maio de 2007.

"PARA RECEBER MEMBROS DO VII SEMINÁRIO DO
SINDICATO DOS ENGENHEIROS".

Presidência do Sr.
Jesualdo Pires – 1º Secretário

(Às 10 horas e 13 minutos é aberta a sessão).

COMPARECEM OS SENHORES: Wilber Coimbra (PSB), Jesualdo Pires (PSB), Alex Testoni (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Tiziu Jidalias (PMDB), Amauri dos Santos (PMDB), Ezequiel Neiva (PPS), Daniela Amorim (PTB), Professor Dantas (PT), Neri Firigolo (PT), Ribamar Araújo (PT), e Doutor Alexandre (PTC).

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) –
Senhoras e senhores, bom dia.

Peço por gentileza que tomem assento no Plenário desta Casa para que possamos dar início à Sessão Especial para receber os participantes do VII Congresso Estadual do

Sindicato dos Engenheiros de Rondônia -COESENGE e do Congresso Estadual dos Profissionais - CEP.

Para presidir esta Sessão Especial, convido o Exmº. Sr. Deputado Estadual Jesualdo Pires, 1º Secretário desta Casa, autor do requerimento desta Sessão Especial.

O Exmº Sr. Joarez Jardim, Secretário Chefe da Casa Civil; Exmº Sr. Vereador Kruger Darwich Zacarias, 1º Secretário da Câmara Municipal de Porto Velho; engenheiro civil Geraldo Sena Neto, Presidente do CREA/RO; senhor Luiz Carlos Correa Soares, representando o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; senhor José Ezequiel Ramos, Presidente do Sindicato dos Engenheiros; Dr. Paulo Granja, palestrante, representando a Federação Inter estadual do Sindicato dos Engenheiros – FISENGE e o engenheiro Nivaldo Campos, palestrante de FURNAS.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Sessão Especial para receber os participantes do VII Congresso Estadual do Sindicato dos Engenheiros de Rondônia - COESENGE.

Solicito ao mestre de cerimônia registrar a presença das autoridades.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Registramos as presenças dos ilustríssimos senhores Deputados Estaduais Ezequiel Neiva, Ribamar Araújo, Alexandre Brito, Tiziu Jidalias, Professor Dantas, Amauri Santos e Wilber Coimbra. Também as presenças do senhor Joarez Taques, Vereador do município de Porto Velho; senhor Ramiro Negreiros, Vereador do município de Porto Velho; Helena da Costa Bezerra, Chefe da Residência da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM; senhor Niércio Campanatti Ribeiro, Superintendente da CONAB/RO, representando o senhor Jacinto Ferreira, Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento; senhor Onivaldo Guimarães, representando as Centrais Elétricas de Rondônia; Dr. Valdemir Pires, Secretário Geral do SENGE; senhor Cláudio Vidal, representando o Presidente do SINDUSCON; senhoras Irisvone Luiz da Costa, representando a Deputada Federal Marinha Raupp; senhora Josefa Lourdes Ramos, representando a Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Concedo a palavra ao ilustríssimo senhor José Ezequiel Ramos, Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Rondônia.

O SR. JOSÉ EZEQUIEL RAMOS – Exm^o. Deputado, engenheiro Jesualdo, em nome do qual quero saudar todos os membros da Mesa e em nome do Secretário Geral do Sindicato dos Engenheiros quero saudar a todos aqui presentes; e primeiro agradecer a presença de todos aqui e colocar que o objetivo desta audiência que tornou possível num esforço coletivo, através do Deputado Jesualdo, através da Câmara Municipal por meio do engenheiro Kruger Darwich, coloca na agenda a questão do desenvolvimento regional deste momento muito peculiar em que nós estamos discutindo as grandes obras para o Estado de Rondônia, notadamente a questão das hidrelétricas do Madeira, e subjacente a isso coloca na mesa de discussão do gestor público das empresas que trabalham no campo da engenharia a questão do salário mínimo profissional. Então, é com essa agenda que nós colocamos e queremos aqui dar seqüência a esta audiência pública. Então, gostaríamos de saudar a todos e agradecer pela presença. E o meu bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Concedo a palavra ao ilustríssimo senhor Vereador Kruger Darwich.

O SR. KRUGER DARWICH – Senhor Presidente da Mesa dos trabalhos, Jesualdo; cumprimentar aqui o nobre Soares, que nos honra com a sua presença; Presidente do CREA Geraldo Sena; o senhor Joarez Jardim; o Ezequiel, Presidente do SENGE; senhor Onivaldo Campos e o Paulo. Quero também cumprimentar os meus amigos Vereadores aqui presentes que nos honram também com a sua presença, o Vereador Ramiro Negreiros, o Vereador Joarez Taques, em nome do Exm^o Deputado Ribamar Araújo, meu colega, pessoa pela qual eu tenho grande admiração pelo primeiro mandato que passei na Câmara junto com o Deputado Ribamar do qual pude aprender muito com ele, pessoa de caráter, de postura, digno e que muito nos honra agora, Deputado Ribamar, V.Ex^a. representar o nosso Estado aqui na Assembléia Legislativa. Em seu nome eu gostaria de cumprimentar todos os Deputados aqui presentes. Em nome do meu dileto amigo, engenheiro Cláudio Vidal, gostaria de cumprimentar a todos os engenheiros aqui presentes, a comunidade aqui presente.

Senhoras e senhores, nós estamos iniciando a abertura do nosso Congresso Estadual de Profissionais e do Congresso Estadual do Sindicato dos Engenheiros. Coube a mim e ao Deputado Jesualdo para que nós fizéssemos esta audiência pública conjunta, que pela primeira vez na história a Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia estão fazendo uma audiência conjunta das duas Casas de Leis aqui.

Eu queria inicialmente me reportar à questão do salário mínimo profissional da nossa categoria, do qual eu vejo com muita preocupação essa questão. Principalmente dentro dos órgãos públicos nos quais a gente vive e convive, particularmente dentro da Prefeitura do município de Porto Velho. Alguns anos atrás, ainda na época do Prefeito José Guedes, houve uma Lei Municipal a qual assegurava à nossa categoria o salário mínimo profissional. E com o decorrer dos anos, a nossa categoria vinha percebendo o salário mínimo profissional. Entretanto, na legislatura passada, e inclusive o Deputado Ribamar Araújo estava junto conosco na Câmara Municipal, houve por parte do anterior Prefeito uma mensagem à Câmara Municipal de um novo Plano de Cargos e Salários. Naturalmente que no meu entendimento, e no entendimento de qualquer um, um Plano de Cargo e Salários ele vem para beneficiar as categorias dos funcionários, vem para propiciar uma melhor condição de remuneração e condição de trabalho aos funcionários. Entretanto me causou estranheza aquela época de que a mensagem do Prefeito, ao invés de melhorar as condições dos engenheiros, de melhorar as condições da sua remuneração, muito ao contrário, revogou a lei que havia sido editada há mais de 10, 12 ou 15 anos atrás, revogou a lei tirando o benefício dos engenheiros. E na ocasião, eu não sei se o Deputado Ribamar lembra, mas eu tomei a Tribuna da Câmara Municipal e fiz um protesto incisivo contra aquele Plano de Cargos e Salários. Porque para mim era exatamente um acinte contra a nossa categoria. Protestei e disse que nunca na vida havia visto um Plano de Cargos e Salários que tinha como objetivo melhorar a remuneração e a vida dos engenheiros e ali naquele exato momento estava prejudicando a nossa categoria e tirando o único benefício que a nossa categoria tem, que é a questão do salário mínimo profissional. Me indignei com esta situação e daí então estamos desde aquela época levantando esta bandeira, lutando para ver se nós podemos reconquistar o que foi tirado de uma forma brutal, de uma forma grotesca a questão do salário mínimo profissional. E na ocasião o Eudes Fróes estava lá, aqui presente também, me lembro muito bem do Eudes, estava lá e eu falei: o que esses pais de família hoje, esses engenheiros vão chegar às suas casas e vão dizer para as suas famílias? Que vão ter uma redução do seu poder de compra, vai ter uma redução da sua remuneração. E como exigir então dos profissionais, principalmente da área da engenharia, que é uma área de fundamental importância em qualquer local do mundo, como exigir então desses profissionais o estímulo, a motivação se naquele exato momento estavam cometendo um verdadeiro crime contra a categoria dos engenheiros. Nada contra as outras categorias, mas se nós observarmos a Prefeitura hoje, os Procuradores Gerais, os Controladores têm um Plano de Cargos instalado dentro da Prefeitura do qual existe uma progressão e hoje eles são muito, muito bem remunerados e os nossos engenheiros que são realmente responsáveis pelo

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Adair Marsola
Divisão de Publicações e Anais - Domingos Sávio
Divisão de Taquigrafia - Elizete Oliveira Costa

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
Palácio Teotônio Vilela
 Rua Major Amarante, 390
 Arigolândia
 CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

MESA DIRETORA

Neodi Carlos - Presidente
Alex Testoni - 1º Vice-Presidente
Miguel Sena - 2º Vice-Presidente
Jesualdo Pires - 1º Secretário
Chico Paraíba - 2º Secretário
Ezequiel Neiva - 3º Secretário
Maurinho - 4º Secretário

Controle geral de processamento: Domingos Sávio.
Controle de fluxo de documentos: Célia Aguiar
Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional: Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.
Indexação e Processamento de textos: Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia, Pedro Rocha e Fátima Albuquerque.
Revisão de textos: Maria do Socorro.
Revisão técnica final das sessões: Maria do Carmo e Edmilcia Fátima Martins.
Controle Digital e Diagramação: Ana Cristina Favacho e Robison Luz da Silva.
Distribuição e org. Anais: Terezinha Dias .

desenvolvimento do município, responsáveis pelos projetos do nosso município, estão numa situação realmente lastimável.

Mas, Ezequiel, você como Presidente do Sindicato, Geraldo Sena como Presidente do CREA, os Deputados que têm a responsabilidade com a categoria e aqui nós temos o nosso Deputado Jesualdo, que também é engenheiro, temos que travar e continuar travando essa luta e essa batalha para que a gente possa realmente resolver e equacionar este problema dos nossos engenheiros que estão prejudicados desde aquela época e até hoje não houve nenhuma movimentação que pudesse melhorar as suas condições de trabalho. Temos visto recentemente na mídia e nós temos acompanhado essa questão das obras estruturantes que vão acontecer aqui no nosso município. As pontes, a questão do gasoduto e principalmente o que está na ordem do dia, a questão das hidroelétricas. Eu fico me perguntando, quando todas essas obras estruturantes estiverem acontecendo aqui no nosso município e no nosso Estado, nós vamos entrar justamente com a questão da lei da procura e da oferta. Os órgãos públicos, a Prefeitura, o Governo do Estado, as instituições que não estiverem olhando para a nossa categoria, para os engenheiros com outros olhos, provavelmente vão ficar sem esses profissionais. Porque quando essas obras estruturantes estiverem aqui acontecendo, e que já estão acontecendo, é bem provável que os nossos engenheiros abandonem os órgãos públicos, a Prefeitura, enfim, e vão começar a trabalhar nessas obras porque lá eles vão ser muito mais, muito melhor remunerados. Então há uma preocupação com o futuro também das instituições públicas, porque as instituições públicas não podem ficar sem ter essa categoria dos profissionais de engenharia.

E eu gostaria aqui também de aproveitar o ensejo para também manifestar aqui nesta oportunidade ímpar e singular o meu repúdio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais, o IBAMA. Eu, como Vereador do município de Porto Velho ontem, fiz uma manifestação de repúdio e os meus pares, o Vereador Ramiro, que está aqui, o Vereador Juarez e os outros Vereadores, aprovamos uma manifestação de repúdio contra o IBAMA nacional. Porque pelas matérias que nós lemos na mídia, diz lá: "IBAMA direciona alegação da licença prévia para instalações das hidroelétricas do Madeira. Colocando 707 "Não" para que essas usinas não sejam neste momento iniciadas no Estado e Rondônia e no nosso município.

Ora, nós sabemos que o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, sabemos que a demanda de energia elétrica no ano de 2011 será esgotada se essas hidroelétricas não estiverem em operação e se essa licença prévia não for aprovada, se não me engano até o final desse mês, a usina pode atrasar de um a dois anos e nós vamos ter um grande problema no ano de 2011, 2012 no nosso país. Essas usinas não pertencem somente ao povo de Rondônia, essas usinas pertencem ao povo brasileiro, essas usinas pertencem à Nação brasileira, elas serão as responsáveis pelo nosso desenvolvimento. Nós não podemos aceitar e permitir que um país como o Brasil, com tantos recursos naturais, um país com a sua biodiversidade, um país que tem tudo para crescer, crescer numa taxa de 2,5% ao ano. Nós não podemos aceitar que no parecer do IBAMA eles fazem menção ainda ao Tratado de Tordesilhas, e eu disse na Câmara, eu acho que nós somos espanhóis, porque quando o Tratado de Tordesilhas lá em mil setecentos e poucos, foi feito lá por Portugal e Espanha, aqui pertencia à Espanha. Então é bom agora a gente, ao invés de usar real, a gente use o peso boliviano e a gente comece a falar espanhol. O quê que tem a ver o Tratado de Tordesilhas com as hidroelétricas do Madeira? O quê que tem a ver a população carcerária com as hidroelétricas do Madeira? Eles

defendem, por exemplo, o garimpo do ouro. Ora, nós sabemos, claro que as pessoas sabem que o garimpo do ouro é de forma ilegal que está sendo feito dentro do rio Madeira, eles defendem a ilegalidade. Por isso, meus senhores e minhas senhoras, eu me manifestei e fiz essa manifestação de repúdio ao IBAMA. Nós estamos num ponto extremamente importante aqui para o Estado de Rondônia e para o município de Porto Velho; vamos discutir este ano; nós temos a Lei do Estatuto das Cidades; o nosso Plano Diretor e é bom que todo mundo saiba e que nós devemos fazer essa divulgação; ele precisa ser aprovado até outubro deste ano e nós já pedimos ao Prefeito, vamos fazer uma audiência pública na Câmara para se discutir com a comunidade, com o CREA, com os Sindicatos dos Engenheiros, com os Deputados, enfim, com a sociedade civil organizada o novo Plano Diretor do município de Porto Velho. Temos, para vocês terem uma idéia, um código de postura que vem de 1972, totalmente defasado da nossa realidade, nós precisamos olhar esse código de postura, mudar essas questões que os próprios fiscais da Prefeitura não conseguem atuar. Nós precisamos resolver muito essa situação do nosso município. Quero dizer que toda a Câmara Municipal, todos os Vereadores somos favoráveis às hidrelétricas, as instalações das hidrelétricas aqui do rio Madeira, como eu acho que toda população de Rondônia, com exceção de alguns, conversamos com as comunidades ribeirinhas, eu fui em Mutum-Paraná conversei com a comunidade, eu perguntei para um senhor que tem um bar, um restaurante, eu jantei no restaurante dele, eu perguntei: o senhor é a favor ou contra as hidrelétricas? Porque Mutum-Paraná vai ficar alagada, é o único distrito de Porto Velho que vai ficar alagado, vai sumir Mutum-Paraná. Ele disse: "Não, Vereador, eu estou contente com as hidrelétricas. Sabe por quê, Vereador? Porque nós vamos sair daqui para um local melhor, vamos ficar na margem, continuar na margem da BR-364, enfim a minha condição de vida vai melhorar". Então eles sabem disso. Só para se ter uma idéia, nós temos hoje, e V.EX^a, Deputado Ribamar, que é um homem que muitas vezes na Câmara falou da questão do Protocolo de Kioto, eu estou me alongando um pouquinho porque eu estou aqui muito estimulado a falar sobre essa questão, mas eu me lembro que V.EX^a. colocava muito isso. Eu estava lendo uma matéria e isso existe por trás interesses internacionais para não construção da hidrelétrica por causa da intenção de se internacionalizar a Amazônia, mas a Amazônia é do povo brasileiro, a Amazônia é nossa, o rio Madeira é nosso, ninguém vai tirar isso do Brasil. Nós temos que lutar contra esses organismos internacionais e o Deputado Ribamar, me lembro que uma vez ele fez também uma manifestação de repúdio, se eu não me engano, eu não lembro mas o Deputado Ribamar depois pode me dizer aí, mas ele fez nessa questão dos organismos internacionais, mas para se ter uma idéia nós temos quatrocentos mil índios no Brasil e temos um milhão e cem mil hectares de área de preservação dos índios. Na região Sudeste nós temos setenta e cinco milhões de pessoas por uma área de novecentos mil hectares. Agora, será que essa área toda é necessária para colocar os nossos índios? Ou será que existe alguma coisa por trás disso? É claro que existe alguma coisa por trás disso. Como existe alguma coisa por trás da intenção de não se construir ou de se atrasar à construção das hidrelétricas do rio Madeira. Tem gente interessada, por exemplo, em construção de termoelétricas com combustíveis fósseis, que são muito mais poluentes, o impacto ambiental é muito maior do que se construir as hidrelétricas do Madeira. E o Delfim Neto colocou numa matéria dele muito boa por sinal, dizendo: "Quem defenda o meio ambiente também contra porque essa intenção de se defender o meio ambiente coloca essas hidrelétricas é com a intenção também de se construir

termoelétricas e as termoelétricas todos nós sabemos que emitem gases, aí o monóxido de carbono e o gás carbônico justamente para poder, aí está essa questão da camada de ozônio, do efeito estufa, do mundo, onde o Deputado Ribamar colocou quando os Estados Unidos não assinaram o Protocolo de Kioto. Então tudo isso nós temos que ver o que tem por trás.

Está se falando de Angra 3. Ora, isso é uma verdadeira barbaridade. Aí se diz: não, a energia nuclear é uma energia limpa. Tudo bem, a energia nuclear pode até ser uma energia limpa, mas o que se fazer do lixo atômico? O que se fazer do lixo atômico? Altamente radioativo na questão do urânio.

Então, meus amigos engenheiros, Deputados aqui, a população presente aqui, nós temos que lutar e olhar com todo carinho e com todas as nossas forças essa questão do que vai acontecer aqui no Estado de Rondônia. Nós estamos aqui no centro de distribuição aqui da América do Sul, é muito mais perto para nós chegarmos no Pacífico do que ao Atlântico. Muito mais perto para nós e as empresas que vão se instalar aqui, as indústrias que vão se instalar aqui não são apenas para construir e para fabricar as turbinas aqui para as usinas de Jirau e Santo Antônio, porque existem interesses, naturalmente econômicos, dessas empresas distribuir os seus produtos para os países da América do Sul. Portanto é muito importante que a gente lute e nós Vereadores estamos indo a Brasília na próxima terça-feira, numa caravana, juntamente com o Comitê Pró-Usina, para fazermos uma pressão junto ao Ministério das Minas e Energia, junto ao IBAMA, junto à Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, enfim, no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado pedindo "Usinas Já".

Quero parabenizar aqui o Sindicato dos Engenheiros e o Conselho Regional de Engenharia, parabenizar aqui a Assembléia Legislativa, em nome do Deputado Jesualdo, que está trazendo esta Audiência Pública para cá. Dizer a todos os engenheiros aqui presentes, à população presente que nós devemos nos unir. Quero desejar a todos nós, engenheiros, um excelente Congresso Estadual dos Profissionais, um excelente Congresso dos Sindicatos dos Engenheiros, e podem ter a certeza, o Eudes está presente, o Ezequiel está aqui, o Geraldo está aqui, de que a minha luta, que eu estou ombreado com os engenheiros, tudo que precisarem do Vereador Kruger Darwich para se resolver o problema do salário mínimo profissional dentro da Prefeitura, eu estou à disposição e sempre estive à disposição e vou continuar lutando para melhorar a remuneração e o salário desses profissionais que tanto lutam e tanto têm feito pelo nosso município e para o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Concedo a palavra ao ilustríssimo senhor Geraldo Sena, engenheiro Geraldo Sena, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia de Rondônia.

O SR. GERALDO SENA – Bom dia. Eu quero cumprimentar aqui os Deputados, em nome do Deputado Dr. Jesualdo Pires, nosso colega, ex-conselheiro do CREA e diretor também. Eu queria cumprimentar os Vereadores em nome do Ramiro Negreiros, cumprimentar os Vereadores, cumprimentar o José Wilson, nosso Conselheiro Federal, que está sentado na plenária, Cláudio Vidal e outros aí representando o SINDUSCON, em nome de quem eu cumprimento os engenheiros de maneira geral.

Bem, pessoal, eu acho que com esta Audiência Pública aqui na Assembléia nós ficamos cientes que nós vivemos um novo tempo, o Brasil é outro, Rondônia é outra, Porto Velho é

outra cidade. A organização democrática é a melhor que existe no planeta, não tem outra melhor no momento e por isso estamos aqui. Acredito que é pela primeira vez que o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia vem a esta Casa fazer uma Audiência Pública em torno de um assunto relevante, que é o salário mínimo profissional, ganho dos engenheiros, ganho dos colegas, de todos profissionais do CREA e o desenvolvimento regional, porque uma coisa está atrelada a outra. E nós técnicos temos muita dificuldade de trabalhar com essa questão democrática, de opinião, de ceder, como a gente trabalha com lei natural, que é inflexível a lei natural, ela não tem como mudar, nós trabalhamos com engenho, com arte, aproveitar o melhor das leis e respeitá-las e fazer a nossa arte, a nossa vida, então a gente tem muita dificuldade de trabalhar com leis humanas que a todo momento muda, que muita gente não obedece, que é necessário colocar sanção, que é necessário punir, que é necessário estar cobrando, então nós temos dificuldade nessa relação e por isso a gente acaba muitas das vezes entrando de forma atrasada nesse movimento, algumas categorias têm o privilégio de trabalhar com esse tipo de lei humana e sai na frente.

Então nós temos essa dificuldade, mas nós estamos aprendendo e nós temos que começar a nos inserir nesse lado. Há muitos estudos sobre a questão das necessidades humanas, a mais citada, a mais aceita é Abraham Maslow, que ele fala que o ser humano tem várias necessidades e de acordo com esse nível de necessidade ele age com mais urgência. A primeira delas é a necessidade física; é a necessidade de se alimentar, a necessidade de ter uma habitação, a necessidade da saúde, essa é a primeira necessidade que ele tem. A segunda necessidade é a questão da segurança, então a pessoa precisa ter segurança no seu emprego, na sua família, no seu trabalho, na sua rua, na sua moradia. Então o homem depois que está satisfeito com a sua necessidade física passa para a segunda necessidade e assim vai a pirâmide de Maslow. E o que a gente verifica é que os nossos poderes constituídos, as nossas secretarias, o nosso Estado, ele age de acordo com essa necessidade. Primeiro, ele atende aquela necessidade mais urgente, é saúde, é uma rua esburacada. Então ele drena muito dinheiro, muito recurso para essa área. Conclusão: a área do planejamento ela fica sempre para depois.

Então, nós profissionais do sistema CONFEA-CREA trabalhamos muito com a questão do planejamento muito a longo prazo e o nosso trabalho normalmente é deixado para segundo plano, e isso tem nos prejudicado muito e tem prejudicado principalmente a sociedade, porque se a gente verificasse o problema da favelização, da falta de esgoto, da falta de saneamento, isso simplesmente é falta de prioridade, todo governante dá uma prioridade um pouco maior para essa área de quem está doente, por exemplo, a gente fala que a maior parte do orçamento é para a saúde. Não é! A maior parte do orçamento dos Governos é para a doença, é para curar a doença, 90% das doenças que acontecem no Brasil elas são de origem hídrica, se nós trabalharmos o tratamento da água, a distribuição de água e o saneamento nós já erradicamos 90% da despesa do SUS, mas não se trabalha isso, por quê? Porque sempre a gente procura trabalhar naquela coisa mais urgente, mas isso, pessoal, é uma coisa natural, não é maldade, não é descaso, não é despreocupação do Poder Público é simplesmente um fator natural que nós temos que entender e nós temos que trabalhar isso para poder derrubar. Então, para isso a gente precisa o quê? A gente precisa preparar o Estado, modernamente está se prevendo que o Estado começa a sair um pouco, está presente em toda a parte da sociedade. Alguns tipos de serviços o Estado deixou de fazer, exemplo: a construção de obras, normalmente passa-se para

a iniciativa privada, porém algumas categorias de servidores são necessárias, não tem como o Estado abrir mão, a questão da segurança, a questão da justiça, a questão da fiscalização, não tem como o Estado sair dessa área, são empregados que o Estado vai ter que manter e junto com eles ele tem que manter uma estrutura também de fiscalização nessa área da estruturação do Estado de fazer as obras, de fazer a produção. Então, nesse sentido, o Estado tem que se preocupar com as várias empresas e com os vários órgãos que tem.

Nós últimos tempos, nós temos visto muito se perder no Brasil grandes centros de referência. A EMBRATEL, quando ela foi fechada, quando foi repartida, tinha um grande centro de referência nessa área, que era um dos melhores do mundo e o Brasil simplesmente perdeu nessa área. Nós tínhamos dez anos atrás a SUCAM, a malária ela era controlada, hoje a malária dá na região Sul, Paraná, o Estado do Paraná tem malária, o Estado de São Paulo tem malária, isso porque dez anos atrás acabou-se com a SUCAM, se combatia, se trabalhava.

Eu estava conversando agora mesmo com o nosso colega da CONAB. O Brasil tinha um abastecimento muito mais eficiente dez anos atrás, não está sentindo tanto porque o Brasil conseguiu produzir muitos grãos, o Brasil é campeão de produção de grãos no mundo. Então é necessário que o Estado também tenha profissionais nessa área, aí a gente começa fazer análise de carreira. Nós temos determinado tipo de carreira que vocês, a gente nunca viu falar, um exemplo: médico, é muito raro a gente ver que o médico deixou de ser médico para ser professor, para ser juiz, é raro, assim como também é difícil ver um juiz sair da sua área e é muito comum na área nossa, engenharia, a gente ver colegas nossos estar migrando de área. Isso se deve exatamente à falta de uma determinada remuneração compatível.

Outra coisa, dez anos atrás as empresas de Rondônia não contratavam projetos aqui em Porto Velho, em Rondônia, por quê? Porque nós não tínhamos escritório. Agora com este movimento que nós começamos a ter escritórios bons aqui na cidade. Então para nós termos escritórios bons, nós termos uma carreira boa é necessário que tenha condições de sobrevivência e só tem uma maneira, é a valorização, ter remuneração, o profissional sem remuneração ele migra, isso é uma lei natural. Então, se nós não começarmos a trabalhar a boa remuneração, a justa remuneração do profissional nós vamos perder profissionais para outras áreas e o Brasil vai perder muito porque nós não vamos ter desenvolvimento, nós vamos continuar com essa favela, nós vamos continuar com o problema de saúde. Então nós temos que começar neste momento a trabalhar essa questão.

Então, eu estou colocando aqui Presidente, nosso colega, para olhar com muito carinho essa área. Nós necessitamos urgentemente reestruturar as nossas secretarias, o Deputado Luiz Cláudio, que foi Secretário da SEAPES, sabe muito bem disso, que é a falta de profissional qualificado, o profissional na hora que a gente precisa, então a gente precisa reestruturar. A gente precisa também dar resposta para aquela população que está precisando construir casas, o Estado hoje não tem condições de estar dando toda a estrutura para a população. Então é preciso que nós tenhamos pessoas dando assistência para aquelas pessoas que auto-constroem, senão nós vamos virar favelas e nesse sentido a gente chama atenção, nós temos dois trabalhos, nós temos que desenvolver para poder o Estado ter condições de remunerar melhor o profissional e também remunerar o profissional para nós segurarmos ui:esse profissional no seu trabalho, se o profissional não tiver remuneração digna, ele migra. Então nós precisamos segurar o nosso bom profissional no trabalho, como bem levantou o

nosso Vereador Kruger, Porto Velho está crescendo, as usinas estão chegando aqui e nós temos que estar preparado, o Poder Público não pode mais estar perdendo profissionais bons, tem que remunerar melhor. Então eu quero agradecer à Assembléia Legislativa, em nome do Secretário Geral Jesualdo Pires, à Câmara de Vereadores de Porto Velho, em nome do Dr. Kruger Darwich, e aos nossos colegas que estão aqui presentes, e que a gente faça uma reflexão e que este momento, esta Audiência Pública seja um marco para nós para que a gente possa alcançar o nível de melhora da sociedade, a melhora de trabalho aqui na região, que a gente possa destacar com faculdades, com trabalhos, com esgoto, com saneamento, com boa vida para nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Concedo a palavra ao ilustríssimo senhor Luiz Carlos Corrêa, representante do CONFEA, Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e Agronomia, em nível federal.

O SR. LUÍZ CARLOS CORRÊA – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Deputado Jesualdo Pires e o Vereador Kruger Darwich em nome dos quais, dos dois colegas, cumprimento a todos os colegas presentes, membros da Mesa, o Sr. Chefe da Casa Civil, que não é engenheiro, infelizmente, e a todos os colegas aqui presentes.

É uma satisfação, uma enorme honra estar aqui presente nesta solenidade, nesta iniciativa brilhante, elogiável, iniciativas iguais a esta a gente precisava ter em todos os pontos do País, em todas as unidades da Federação, em todas as cidades importantes deste país para discutirmos um pouco isso que a gente está fazendo aqui e que eu concordo com o que o companheiro Sena fez, essa abordagem ampla e bastante didática dos problemas nacionais.

Cabe aqui trazer a vocês o abraço do nosso Presidente Marcos Túlio de Melo, que não pôde estar presente porque ele está aí numa verdadeira maratona pelo país, porque estão ocorrendo simultaneamente muitos eventos, e ele não pode estar em todos os lugares, então me competiu modestamente representá-lo nesta solenidade e dizer algumas coisas. Vou ser breve. Só para destacar que nós, engenheiros, não engenheiros, mas todos componentes das áreas tecnológicas temos ficado nas últimas três ou quatro décadas ausentes da discussão política e social deste País, por quê? Até pelo que o Sena destacou, a gente estão tentando sobreviver e dando prioridades às nossas necessidades mais básicas da pirâmide de Maslow. Então é evidente que temos destacado isso e temos ficado ausente das discussões políticas e estruturais, estruturantes deste país. Neste momento esboça-se um movimento em sentido contrário e o Sistema CONFEA/CREA tem tomado esta iniciativa e tem destacado e tem colocado no seu programa de trabalho para este ano e para os próximos anos uma intervenção mais qualificada, sem qualquer ufanismo, nem presunção, mas uma intercessão, uma intervenção mais qualificada dos destinos da Nação. Não apenas na construção do País, mas na questão de pensar o País. E eu pessoalmente coordeno um projeto do interior do CONFEA de que se chama, tem um sonho, que se chama "Pensar o Brasil e construir o futuro da Nação". Amanhã, no Congresso dos profissionais, falarei um pouco mais extensamente sobre esse assunto, de modo que vocês estão convidados a ter um sofrimento maior do que estão tendo hoje em me assistir lá, eu vou falar um pouco mais sobre os desafios que existem e qual o nosso papel nessa questão.

Por que estamos pensando isso? Porque é preciso pensar o país, o Brasil não tem um projeto de futuro, o Brasil

não tem um projeto de Nação. Como dizia Celso Furtado, Brasil - a construção interrompida, e nós profissionais temos um papel nisto, e um dever nessa questão de não apenas construir, mas participarmos da construção técnica estrutural, mas também de pensarmos em procurarmos intervir nesses destinos, modestamente o sistema está tentando fazer isso. É claro que isso tem conotação direta com o assunto que estamos colocando aqui, que é o desenvolvimento, e que infelizmente nos últimos tempos foi qualificado, não é o desenvolvimento, aliás, o desenvolvimento não é crescimento, não é semântica essa diferença. Mas crescimento não é, que dizer, crescimento pode crescer e depois não crescer, crescer e decrescer, desenvolvimento é contínuo. Portanto o desenvolvimento sustentado, esse é o primeiro qualificativo importante e o desenvolvimento sustentável, porque modernamente se trata, temos tratado felizmente por algumas dificuldades ainda, inclusive culturais, tratado de termos o desenvolvimento de sustentável, ou seja, com respeito ao futuro do planeta, não apenas das nossas questões aqui nacionais, o futuro do planeta está em discussão. Então o desenvolvimento sustentado e sustentável, e é óbvio que se não há desenvolvimento com essas qualificações não há condições de trabalho, não há condições de ter um bom salário, uma boa remuneração para todos os brasileiros, não apenas para os engenheiros, quer dizer não há condição de oferta de trabalho e de oportunidades para que se possa desenvolver. Então o sistema ele está pensando seriamente nestas questões, os momentos como esses são importantíssimos para que a gente dialogue com a sociedade, dialogue com os poderes constituídos, ofereça gratuitamente a nossa contribuição nesse processo de construção nacional e tentamos fazer esse pacto de tornar um processo virtuoso. Porque o desenvolvimento, se ele começa a andar, se ele começa a crescer, ele tem a tendência a crescer; se ele começa a desandar, ele tem a tendência a decrescer. O Brasil, infelizmente, nas últimas décadas, tem andado para trás nós já fomos a 8ª economia industrial do mundo e hoje estamos em 14ª, 15ª e tal isso é uma questão matemática, isso não é uma questão estatística, isso é uma questão pública e de sociedade, e de futuro, quer dizer, é preciso que o Brasil continue, volte a crescer. Se houver um crescimento sustentado de 5%, não precisa ser 7% ou 8%, ou 10% como fazíamos, como acontecia nos anos 70, principalmente 60 ou 70, mas com 4, 5% de forma contínua vai voltar a ter emprego para todo mundo. Eu sou de uma época em que a gente saía das universidades e era disputado a tapa, já saía empregado, isso é um passado que não está distante. E eu quero ousar a afirmar o futuro que não está distante precisa apenas ter uma visão de futuro, uma visão de mundo no sentido de integração de toda a sociedade brasileira, de uma forma ordenada e da qual eu vou conversar um pouquinho amanhã, e vocês estão desafiados a me ouvir um pouquinho mais desse assunto, hoje é só para fazer essa introdução.

Dizer que estamos aqui com enorme satisfação, procurando contribuir modestamente nesse processo de desenvolvimento com qualidade de emprego, de trabalho, de salário e de remuneração, de vida digna para todos os brasileiros, não apenas para os engenheiros. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Concedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Joarez Jardim, Secretário Chefe da Casa Civil, representando neste ato o Governador Ivo Cassol.

O SR. JOAREZ JARDIM – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso engenheiro, amigo de Ji- Paraná, Deputado Jesualdo Pires, em nome dele cumprimentar toda a

Mesa, cumprimentar todos os Deputados aqui em nome do Deputado Tiziu, cumprimentar a todos os Vereadores aqui presentes.

Deputado, eu não poderia deixar de usar a palavra pelo menos um minuto para lhe parabenizar por esta iniciativa. E dizer que a grande alegria que eu tenho de ver uma filha fazendo faculdade de engenharia no Sul, eu vejo o sofrimento e a dificuldade dela já cinco anos na faculdade no Sul, nesse período agora em Caxias do Sul fazendo inverno de 3º grau abaixo de zero e ela chega do trabalho às 19 horas da noite direto da faculdade e retorna para sua casa às 23 horas e 30 minutos. Então eu vejo, Deputado e engenheiros, a dificuldade que o engenheiro tem para se formar, a luta que o engenheiro tem para se formar, para ter uma carreira vitoriosa. E muito me entristece quando nós pensamos que, como foi comentado o que o Geraldo comentou a respeito dos municípios que não fazem os seus investimentos e seu saneamento básico aonde a saúde diminuiria 90% dos nossos problemas de saúde, nos entristece. Eu estava falando para o Deputado Jesualdo agora mesmo que infelizmente os Prefeitos nossos, do nosso Estado e do nosso País, não olham realmente para a saúde, não olham para o desenvolvimento do Estado, porque muitas vezes, e com certeza o saneamento básico fica embaixo da terra e ninguém vê, infelizmente pensam os administradores público que ninguém vê. Mas quando os administradores públicos olharem para isso com mais carinho, com certeza vocês engenheiros vão ter uma valorização muito maior. Que seria do Estado sem os engenheiros? Que seria da Nação sem os engenheiros?

Então eu acho que é muito interessante Deputado Jesualdo. Meus parabéns mesmo, em nome do Governador Ivo Cassol, por esta iniciativa e que Deus abençoe todos os engenheiros e que Deus abençoe este Congresso, que este Congresso faça diferença no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Concedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Ribamar Araújo.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Excelentíssimo Senhor Jesualdo Pires, Presidente dos trabalhos, Excelentíssimo Senhor Joarez Jardim, Chefe da Casa Civil; ilustríssimo Senhor Geraldo Sena Presidente do CREA; ilustríssimo Senhor Luiz Carlos Correia representante do CONFEA; ilustríssimo Senhor Ezequiel Ramos Presidente do SENGE; ilustríssimo Senhor Paulo Granja, representando FISENGE; ilustríssimo Senhor Onivaldo Campos, representante de FURNAS; meu querido e dileto amigo Kruger Darwich, Vereador da cidade de Porto Velho; meu querido companheiro e dileto amigo Deputado Tiziu Jidalias; Excelentíssimo Senhor Vereador Joarez Taques, da mesma forma o meu irmão companheiro, Vereador Ramiro Negreiros e o Vereador Wildes, que nos honram com as suas presenças, Campanatti Superintendente da CONAB, cumprimentar e saudar o amigo Cláudio Vidal, em nome de quem eu quero cumprimentar todos os engenheiros aqui presentes, imprensa e funcionários da Casa, minhas senhoras e meus senhores.

Presidente Jesualdo, eu tive a preocupação de, ao ser chamado em Brasília, convocado pelo Deputado Eduardo Valverde, coordenador da Bancada Federal, numa Audiência Pública que tivemos no dia de ontem com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhar a V. Exª. um documento justificando a minha falta no dia de ontem, sai daqui de Porto Velho ontem de madrugada para essa Audiência, que foi marcada de última hora, e já a mesma preocupação, Deputado Jesualdo, não poderia estar ausente no dia de hoje, justificar minha ausência nesta Audiência Pública, e dizer no mesmo

documento que lhe enviei do apreço que eu tenho a toda a categoria dos engenheiros. Mas voltei, tão logo terminou a audiência, voltei imediatamente a Porto Velho porque não poderia deixar, dentro do possível, de estar presente, hoje, nesta audiência. Primeiro, pela importância que eu dou às audiências públicas; segundo, pela importância que eu dou e tenho pela categoria dos engenheiros; e terceiro, pela consideração que eu tenho ao nobre amigo Parlamentar, 1º Secretário desta Casa, Dr. Deputado Jesualdo Pires. Agradecer neste momento as palavras de elogios, elogios a mim, dirigidas pelo querido amigo, companheiro, Vereador Kruger Darwich, com quem estivemos na nossa Câmara Municipal de Porto Velho. Eu gostaria de aqui abrir um parêntese, parece que não cumprimentei o amigo Ezequiel do Sindicato dos Engenheiros, mas me desculpe, companheiro, você é alguém que eu tenho muito apreço e consideração, desculpe-me pela falha. Mas, continuando, naquela Casa com quem eu tive também o prazer de conviver com o querido companheiro Ramiro Negreiros em tantos momentos de debates importantíssimos, e essa audiência pública só poderia ter sido iniciativa de dois grandes, duas grandes pessoas, dois grandes engenheiros, como é o nosso querido Jesualdo Pires, um dos grandes representantes da categoria de engenheiros aqui nesta Casa, e do companheiro, amigo, Kruger Darwich, também engenheiro, Vereador lá na Câmara Municipal de Porto Velho. E, só complementando, Deputado Jesualdo, a audiência que tivemos com o Ministro foi muito proveitosa. Sempre que estamos lá em Brasília, debatendo e reivindicando por coisas importantíssimas para o Estado de Rondônia. E essas audiências públicas que a gente tem feito nesta Casa, que a Câmara Municipal tem feito, lá na Câmara Municipal, em defesa dessas obras que estão para chegar e aqui no Estado de Rondônia são de uma importância tão grande para o nosso Estado como para o nosso Brasil. E há pouco tempo atrás eu estava sendo entrevistado por uma jornalista, e ela me perguntava se eu era a favor da construção do Gasoduto de Urucu-Porto Velho. E eu externava para ela que eu sou a favor de tudo o que traga o desenvolvimento e o progresso e consequentemente o bem-estar e a melhoria de vida do nosso povo. Nada me faz me afastar desse pensamento. E nós vemos, Vereador Kruger Darwich, no seu discurso, como sempre muito lúcido, quando o Sr. falava de outros interesses que existem por trás de tudo, nós citamos como exemplo o gasoduto Urucu-Porto Velho, que vocês tomaram conhecimento da luta de um ex-Governador do Amazonas, o Amazonino Mendes, para que esse gasoduto não chegasse até Porto Velho, porque, infelizmente, neste país, os interesses dos grupos econômicos, tanto daqui de dentro como lá de fora, sempre se sobrepõem aos interesses da grande maioria do povo brasileiro. E é por isso, nobre Deputado Jesualdo Pires, quando o Sr. está trazendo aqui temas tão importantes, como sempre, a esta Tribuna, o Sr. falou do BRIC, o Brasil, Rússia, Índia e China, que tem uma previsão que esses quatro países, emergentes, tomassem a dianteira e aparecessem num futuro próximo, em 2025 e 2050, como os países mais importantes economicamente para o mundo, e a previsão fez prevalecer com a China que cresce a 11% ao ano. A Índia que cresce 9% ao ano; a Rússia que cresce a 6,5% ou 7% ao ano e só frustrava a expectativa com relação ao Brasil, que só cresceu dois, dois e pouco por cento ao ano e está comprovada, aí, quando a gente vê todos esses interesses contrários ao desenvolvimento, ao progresso e ao bem-estar, prevalecendo em detrimento dos interesses do nosso povo.

O Presidente do CONFEA falou muito bem que falta ao Brasil um projeto de futuro, e eu complemento ainda mais,

Doutor, dizendo que falta ao Brasil um grande projeto de grandeza nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Excelentíssimo

Sr. Joarez Jardim, Secretário da Casa Civil, que aqui neste ato representa o Governador Ivo Cassol; Excelentíssimo Sr. Vereador Kurger Darwich, meu colega do qual agradeço o empenho e a dedicação que nos ajudaram a realizar este início, aqui, de audiência, este início de Congresso que com certeza será muito brilhante; querido amigo, Presidente do CREA, Doutor Geraldo Sena, do qual tenho muita honra de ser amigo particular; ilustríssimo Sr. Luiz Carlos Correa Soares, representando o CONFEA; querido amigo Dr. José Ezequiel Ramos, Presidente do nosso Sindicato dos Engenheiros; Dr. Paulo Granja, representando a Federação Interestadual do Sindicato dos Engenheiros; Doutor Onivaldo Campos representando aqui essa Empresa da qual na semana retrasada eu fiz uma moção de aplauso e louvor nesta Assembléia pelos 50 anos desta Empresa Estatal que representa bem o povo brasileiro. Gostaria de cumprimentar os meus colegas, Deputado Tiziu Jidalias, nosso colega Deputado Ribamar Araújo, os Vereadores Joarez Taques, o Vereador Ramiro Negreiros, o Vereador Wildes. Gostaria também de cumprimentar Dr. Nagato Nakashima, Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários; Dr. Niércio Campanatti, Superintendente da CONAB; em nome do Dr. Jorge, engenheiro e colega meu, gostaria de cumprimentar a todos os engenheiros aqui nesta Audiência, gostaria de cumprimentar a todos os visitantes, todos os nossos colegas do Sistema CREA, CONFEA, os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Geógrafos, Técnicos, enfim, todos os profissionais que fazem parte do nosso sistema CREA/CONFEA.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, eu vou ser muito breve porque teremos a nossa palestra, em ressaltar a importância da engenharia na atividade humana, como bem disseram aqui os meus antecessores que falaram, a engenharia ela participa de todas as atividades humanas e eu tenho sempre colocado isso e feito um desafio a qualquer pessoa, de qualquer atividade profissional, que diga qual é a atividade humana hoje que envolva de alguma forma direta ou indiretamente a engenharia? Então todos os segmentos da sociedade têm na engenharia a sua participação, por isso a importância do engenheiro, por isso a importância fundamental dessa profissão, desse técnico que é desvalorizado, como bem disse aqui o meu colega Dr. Kruger, desvalorizado, muitas vezes humilhado, muitas vezes refém de situações que não pode de forma alguma reagir. Então nós estamos aqui nessa luta, Presidente do Sindicato Ezequiel, para somar forças para valorizar, tanto profissionalmente como em termos pessoais, a nossa classe tão desvalorizada que é a classe dos Engenheiros, dos Arquitetos, dos Agrônomos, enfim, toda essa classe que o Sistema CONFEA/CREA representa. E nesse sentido a luta pelo salário mínimo profissional, que é uma lei já estabelecida e que na maioria das vezes é desrespeitada, não é cumprida, é uma luta que nós temos que encampar de todas as formas, todas as Associações, todos os Sindicatos, todas as entidades ligadas à nossa classe têm que ter essa postura de luta em favor de salário mínimo profissional, é um tema muito importante e que evidentemente vai ser debatido nesse Congresso Estadual dos Profissionais. Vou também dizer sobre a importância das grandes obras estruturantes, como bem colocou aqui o nosso Vereador Kruger, que com lucidez muito boa nos relatou em breves palavras a importância dessas grandes obras para o Estado de Rondônia e não só para o Estado de Rondônia, principalmente para o nosso País. E quando

a gente vê, Vereador Kruger, esse entrave, esses expedientes escusos, esses interesses que a gente não sabe de onde vêm, que são organizações, ONGS, que eu respeito muitas delas, mas que infelizmente tem algumas que têm tido um comportamento não aprovável em tentar de qualquer forma desqualificar estudo que FURNAS fez já há alguns anos e que provou que as nossas usinas hidrelétricas do rio Madeira e todos nós que somos engenheiros sabemos que o tipo de energia hoje de menor custo em megawatt/hora produzido é a que dá menor impacto ambiental, que dá menor impacto ambiental, porque todas as pessoas a partir do momento, isso ontem eu estava com o Engenheiro Ubiratan, ao qual eu quero saudá-lo também, que foi o nosso ex-Presidente do CREA, e num programa de rádio ele dizia com muita propriedade, desde o minuto que você acorda de manhã que você escova os dentes, aquele ato de você escovar os dentes e jogar aquela água usada, aquela água que você usou você já está impactando a natureza de alguma forma. Então para você viver hoje você impacta a natureza de qualquer forma e a energia de hidrelétricas é a produção de energia mais barata que existe e que menos impacto ambiental pode causar ao meio ambiente.

E a gente fica estarecido, Kruger, Geraldo e palestrantes, ficamos estarecidos quando pessoas defendem já o uso da energia nuclear, quando sabemos que em países como a França, Espanha, países com o desenvolvimento já mais elevado já atingiram 100% dos seus recursos hídricos na construção de energias hidrelétricas, por que fazem isso? Porque sabem que é mais econômica e que menos impacto dá na natureza, só a partir do momento que esses países não têm mais recursos hídricos, que felizmente a nossa região da Amazônia detém já 91% ainda inexplorados desses recursos hidroelétricos, só a partir daí, esgotando todos os meios hídricos é que passam a utilizar as Usinas Nucleares, Usinas Térmicas, que evidentemente têm muito mais danos ambientais.

Então a gente fica muito preocupado, inclusive num pronunciamento ontem nesta Assembléia, revendo essa matéria que saiu no jornal **O Estado de São Paulo**, em que um jornalista, de forma muito perspicaz, com muito estudo, e se ateve naquele relatório de 221 páginas do IBAMA, aonde 8 técnicos utilizaram a palavra "NÃO" durante, me parece, setecentas e poucas vezes, já utilizado o Tratado de Tordesilhas, que é um Tratado que a gente sabe, quem estudou isso, é um Tratado que foi feito entre a Espanha e Portugal no século XVI, e que dividia o Território, quer dizer, a América do Sul ao meio, e até dizia Kruger que daqui a pouco os Técnicos do IBAMA, Geraldo, nós teremos que pedir autorização ao Rei Juan Carlos, da Espanha, para que ele possa autorizar a gente a construir as nossas Usinas do Madeira, vai chegar a esse ponto em que a gente vai ter que chegar no Rei Juan Carlos, da Espanha; porque ele de fato o Rei Juan Carlos, foi um dos signatários, a origem dele, os antepassados dele que assinaram o Tratado de Tordesilhas. Então isso já virou motivo de chacota nacional, já virou motivo de piada. E aqui quero dizer que FURNAS é uma Empresa que completou 50 anos este ano, foi fundada pelo saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, e que é o orgulho da Nação, FURNAS não teria a irresponsabilidade hoje de projetar uma usina sem que tenha tido todo o cuidado possível para que menor impacto fosse atingido. É evidente que vai ter impacto ambiental, é claro, o desenvolvimento humano traz impacto ambiental, sim, mas eu quero só lembrar para os senhores que na China hoje está sendo construída uma usina, chama-se Usina de Três Gargantas, é uma usina que vai gerar energia quase que o dobro da usina de Itaipu, será a maior hidroelétrica do mundo. Só para vocês terem uma idéia do impacto ambiental que Três Gargantas trará para China, e eu não vejo nenhuma organização contestar

sobre essa Usina de Três Gargantas, na China, por quê? Porque se forem lá é capaz dos chineses fuzilarem eles no primeiro momento. E lá para se construir o lago, a represa de Três Gargantas, estão sendo desalojadas nada menos que, olhem o número, senhores, um milhão e duzentas mil pessoas, um milhão e duzentos mil chineses estão sendo desalojados por conta da construção da Usina de Três Gargantas e ninguém fala sobre isso. Então, evidentemente que existe um...

O Sr. Luiz Carlos Correia – Deputado, me permita um aparte, só para dar um fato.

O SR. JESUALDO PIRES – Pois não.

O Sr. Luiz Carlos Correia – O Presidente dessa empresa que está construindo a usina, num debate internacional, disse, informou a pessoa que estava presente, disse assim: "Não querem que construa, nós continuaremos queimando carvão, porque temos muito carvão, é uma questão de prioridades."

O SR. JESUALDO PIRES – Muito obrigado. De fato. Então lá na China ninguém fala sobre meio ambiente, não tem nenhum organismo internacional que conteste nenhuma obra que está sendo estruturada na China e que a partir de 2050, como bem frisou aqui o nosso Deputado Ribamar, vai ser a principal potência econômica do mundo.

Então hoje existe um bloco de quatro países que é formado pelo BRIC, que é uma sigla que o Banco Internacional "GOLDAMAN SCHAQUEX" cunhou, que só é o Brasil, a Rússia, a Índia e a China.

Então, senhores, só para finalizar, eu estou também, estou discutindo muito essa questão com os colegas e entrarei com um anteprojeto nesta Casa, espero ter o apoio também do Vereador Kruger, na Câmara Municipal de Porto Velho e demais Câmaras com o projeto da criação da Engenharia Pública no Estado de Rondônia. Eu acredito que todas as pessoas carentes que precisam de um advogado, vocês sabem que ele tem a Defensoria Pública, ele tem a Justiça da ativa, quando a pessoa precisa de um médico bem ou mal ela é atendida no posto de saúde, ele é atendido no hospital da rede pública. Agora, infelizmente, as pessoas carentes neste país elas não têm acesso ao técnico, não têm acesso a um engenheiro. E é de fundamental importância a presença de um engenheiro na vida das pessoas, por isso nós temos que criar a Engenharia Pública para cobrir essa lacuna que falta quando a pessoa precisa construir a sua pequena residência, quando uma Prefeitura precisa de um apoio de um projeto de saneamento, um projeto de infra-estrutura. Então eu vou ser breve, eu quero agradecer a todos vocês que estão aqui me prestigiando, prestigiando o Vereador Kruger, que foi uma iniciativa conjunta minha e do Vereador Kruger, que somos engenheiros, temos esta preocupação, falamos muito em números e às vezes, Kruger, eu sou até cansativo aqui na Assembléia porque o engenheiro gosta muito de números. E eu, ontem, inclusive fiz aqui um pronunciamento de que fiz um amplo estudo sobre o fundo, o FPE, que é o Fundo de Participação dos Estados, do qual eu provei matematicamente que o nosso Estado, aqui na região Norte, é o Estado mais penalizado. Hoje um cidadão de Rondônia vale três vezes menos que um cidadão do Acre, porque hoje, se você pegar o FPE do Acre e o FPE de Rondônia, se você pegar o FPE de Roraima, do Amapá, do Tocantins e dividir o valor, que é um repasse constitucional, não é um repasse em termos de verbas de emendas parlamentares não. O FPE, como o FPM, são repasses constitucionais, se você dividir esse FPE, Vereador e Deputados, se você dividir pelo número de

habitantes, você vai ver que Rondônia recebe quarenta reais por mês por habitante, enquanto que no Acre cada cidadão acreano recebe cento e vinte e nove reais, e um cidadão de Roraima recebe cento e cinquenta e nove reais por habitante por mês. Quer dizer mais uma vez Rondônia, infelizmente, é penalizado, e a gente tem que brigar muito, nós, políticos, toda a sociedade de todas as entidades.

Então se provou matematicamente, Geraldo Sena, e eu provei isso ontem, passei para os jornalistas, que o cidadão de Roraima vale três vezes e meio a mais que o cidadão de Rondônia, que o do Acre vale três vezes mais, que o do Tocantins vale duas vezes e do Amapá vale três vírgula seis mais do que o nosso cidadão de Rondônia.

Quero agradecer a todos, dizer o meu empenho nesta Casa em ajudar os engenheiros, ajudar a nossa classe, ajudar as classes desses profissionais tão desvalorizados, continuar com estas lutas das grandes obras e dizer que eu tenho muito orgulho de ser engenheiro, muito orgulho de participar. Já fui conselheiro do CREA de Rondônia com muito orgulho, e agradecer a todos e que possamos fazer um brilhante congresso Estadual, tanto dos profissionais, como um congresso Estadual do Sindicato dos Engenheiros.

Muito obrigado.

Convido a todos os presentes para de pé ouvirmos o hino Céus de Rondônia, o nosso hino de Rondônia.

Desculpe uma falha aqui, agora nós iniciaremos a nossa primeira palestra.

O SR. LENILSON GUEDES – Antes porém, Sr. Deputado Presidente desta Sessão, cumprimentar o Vereador Zequinha Araújo, também o Professor Pascoal de Aguiar Secretário adjunto da SEDUC, representando a Secretaria de Educação, e também os que no início, estiveram aqui presentes, os Excelentíssimos senhores Deputados Luiz Cláudio, e o Deputado Neri Firigolo.

Eu convido para a sua palestra o engenheiro Nivaldo Campos, de FURNAS.

O SR. NIVALDO CAMPOS – Bom dia a todos. Em nome de FURNAS, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, o Deputado Jesualdo, e em nome de todos os participantes. Nós vamos apresentar alguns aspectos técnicos das obras do complexo Madeira. Bem pessoal, quando o Presidente Geraldo Sena disse sobre necessidades humanas, nós entendemos que a energia elétrica é uma das grandes necessidades da nossa época, e aquela fotografia é para os colegas pensarem ou raciocinarem. Naquelas partes mais esbranquiçadas do globo são as partes mais desenvolvidas em termos de economia, nós vemos ali a América do Norte, a Europa, o Japão que está bem á direita, lá todo branco, são exatamente as regiões que mais tem em abundância energia elétrica. Vemos ali na América do Sul, vemos a costa Brasileira que é a região mais desenvolvida em termos de economia, e o centro da América do Sul, mais escuro, e a África praticamente toda escura. Isso é só uma idéia para os colegas refletirem a respeito da necessidade de energia elétrica. Nós temos ali alguns dados sobre as ações desenvolvidas por FURNAS, e a ODEBRETCH, nos estudos de inventários, nos estudos de viabilidade técnicas e econômica e depois nos estudos de impactos ambientais que foram apresentados a ANAEEEL, ao IBAMA, nas suas datas que estão colocadas ali. Só para deixar os colegas, vamos dizer, a par da situação, hoje, do licenciamento das hidrelétricas. a imprensa tem divulgado muito, todos têm essas informações diárias praticamente, mas que o licenciamento não cessou, não foi dada a licença, mas FURNAS continua alimentando o IBAMA com todas as informações que são requisitadas, então o

processo continua normalmente. Ali está colocado as próximas ações que já aconteceram as Audiências Públicas, o IBAMA concede licença prévia, está cheio de interrogação que é o momento que nós estamos hoje, nós estamos vivendo hoje um momento de expectativa. Todas as informações que são requisitadas são fornecidas no tempo mais rápido possível para que não se perca mais tempo. Quando começaram as obras? Ali é só um panorama para todos terem uma idéia após a obtenção da licença de instalação. A previsão do início das obras seria em 2008, o tempo de construção de cada usina são sete anos. Nós temos ali um mapa rodoviário praticamente com as localizações das usinas, isso aí é só para ter uma idéia de Santo Antonio e de Jirau.

Nós temos aqui um quadro que nós vamos apresentar as características das usinas. Nós temos mais adiante uma outra situação, foi um questionamento feito principalmente por leigos, que principalmente a usina de Jirau atingiria território Boliviano, mas nós temos ali o nível para Santo Antonio, vai está na cota, na elevação 70, e de Jirau 90 no período de cheia, ao passo que no período de estiagem a usina de Jirau irá operar na cota 82 para exatamente não acontecer de ter impacto de cheias no território Boliviano. Esse cuidado foi tomado pela projetista para não ter exatamente essa discussão que se levantou principalmente por pessoas que não entendeu ou não conhecem bem o projeto. Nós temos ali as vazões do vertedouro porque para 84 mil metros cúbicos por segundo é para Santo Antonio e 82 mil e seiscentos para Jirau, isso quer dizer que o vertedouro é dimensionado praticamente o dobro da vazão histórica que nós temos do Rio Madeira. Vamos dizer que a maior vazão que nós temos registrado seria de 42 mil, 43 mil metros cúbicos por segundo. Ali tem a potência instalada de cada usina a energia firme para cada usina. A queda de referência... é importante os colegas verem esse número porque se fala muito em pacto do reservatório das usinas, mas vocês vêem que aqueles números 13 e 90 é elevação para Santo Antonio e 15 e 20 para Jirau, é praticamente uma altura de uma barragem, praticamente da calha do rio, está certo? O tipo de turbina que foi prevista é BUBO exatamente para não se ter uma barragem de média altura para outros tipos que é exatamente para diminuir o máximo que podem desse barramento, da altura desse barramento, a potência unitária de cada máquina está ali, 71 e 60 e 75 megawatts para cada máquina e um número de unidades por usinas seria de 44 turbinas por cada empreendimento. O custo está previsto ali. Um custo de dez bilhões para cada usina, em reais, só para o pessoal ter uma idéia das características das usinas. Como nós falávamos, eu não sei se todo mundo está conseguindo enxergar. No aproveitamento de Santo Antônio nós vamos trabalhar na cota 70, o reservatório é pouco superior a calha do Rio como eu já disse. Acima daquele ponto o reservatório seria na calha natural do Rio.

Para Jirau nós temos na cota 90 e tem uma fotografia logo em seguida que nós já vamos passar. Ela não apareceu aí, pode está na próxima. Isso aí também, só voltando naquela anterior, o reservatório de Jirau ele tem duas situações. Ele está na cota 90 no período de cheia ou na cota 82 no período de estiagem. Isso quer dizer que o rio, o regime do rio ele não vai alterar, está certo? A jusante da barragem de Santo Antônio ele vai continuar tendo a mesma altura de qualquer época do ano. Esse represamento é mínimo. Então nós temos aqui um layout da usina de Santo Antônio, mais abaixo é um vertedouro que está na margem direita, tem uma barragem mais escura ali. Aquele ponto que esta na Ilha do Presídio e na parte de cima, ali a esquerda, teríamos as unidades geradoras, e mais a esquerda ainda aparece mais acima nesse layout apresenta um detalhe do que poderá ser uma futura eclusa, um dispositivo

que não estar previsto nesse licenciamento. Foi solicitado um licenciamento para construção das usinas. As reclusas não estão nesse momento incluídas aí. Só voltando ali. Tem um outro dispositivo que também, é um outro assunto polêmico da questão dos peixes. Não aparece ali, mas se prevê a construção de um canal na margem esquerda de Santo Antônio para que os peixes possam continuar subindo o rio para desova. Está certo?

Isso está previsto em outras usinas que existem, funciona muito bem.

A usina de Itaipu... O nosso Presidente da República esta semana visitou o canal de transposição de peixes que também é chamada de escada de peixe para ver o funcionamento. É um dispositivo que já é uma lei, não se constrói mais barragens sem este dispositivo para transposição de peixes. A legislação já exige isso aí e aqui em Santo Antônio e Jirau está previsto uma construção de um canal que simule exatamente as corredeiras existentes hoje. Nós não temos um layout disso aí, mas é um comprometimento dos estudos que se construa esse canal para transposição dos peixes. Ali é só uma idéia de como seria o reservatório de Santo Antônio. Ali, no período que ele encheu o que seria na realidade, os igarapés ficariam cheios, os afluentes, mas o reservatório praticamente é na calha do rio. Aqui é só um layout uma localização onde seria o barramento de Jirau, quem conhece a Cachoeira de Jirau. Ali é um layout da usina de Jirau. E ali é uma simulação do reservatório de Jirau, como o colega colocou bem. O distrito de Mutum Paraná, é previsto de ser relocado. Nós vamos ter alguns números aí em termos de relocação de pessoas. Tem um quadro para isso aí, no qual nesse quadro a população de Mutum Paraná estar incluída. Estava meio longe a fotografia. Então vamos voltar na usina de Jirau para a gente ver a questão da discussão lá com o Território da Bolívia. Nós estamos vendo ali um modelinho de uma barragem. E o reservatório está bem abaixo. Nós estamos vendo uma linha imaginária que seria a divisa do Brasil e Bolívia, exatamente na foz do Rio Abunã. Então quando o rio estiver no período de estiagem, ele estiver na sua quota mais baixa, aquele azul está mostrando que mesmo com o rio vazio, lá em Abunã hoje vai está ou em qualquer época na situação que é o ano todo. Não é porque o rio está em estiagem, está vazio, que lá vai estar em enchente. Por isso é que se projetou, se esquematizou a usina de Jirau trabalhando em duas cotas. No período cheio, na 90, mais acima, no período de estiagem, na 82, exatamente para não se modificar o nível das águas na divisa do outro país. Ali é uma comparação dos reservatórios de algumas usinas existentes com a área inundada, Balbina que é a maior, ali, inunda 9,44 quilômetros quadrados por cada megawatt gerado. Então veja aquela comparação, não sei se o pessoal lá de trás está conseguindo ver bem no canto, lá, que aquela relação de 9,44 para a usina de Balbina para Santo Antônio é 0,03 quilômetros quadrados por cada megawatt gerado. Então quando nós colocamos que são usinas de baixo impacto ambiental em termos de inundação, nós fazemos essa comparação aí. Nós temos ali, é um layout de alguma seqüência de construção, é claro que o pessoal que não é da área técnica pode até não gostar, mas nós vamos passar pela maioria, nós estamos mostrando o rio com as setas indicando o que está em rosa, ali seriam as primeiras ensecadeiras a serem construídas, então é um modelo da construção, uma idéia de como seria, e aquela parte em vermelho em cima seria o início das escavações porque é ali que vai estar colocada a casa de força onde estão alojados equipamentos de geração. Ali já é uma outra simulação com as escavações já adiantadas na parte da margem direita, ali, é o vertedouro da usina de Santo Antônio e nós estamos de Santo Antônio e ali seria também já a

colocação da parte de cima já das ensecadeiras principais, já numa outra fase da construção. Ali já está, vamos dizer a parte da barragem toda pronta, à direita está o vertedouro e à esquerda está a parte azul, a água passando pela casa de força, pelas máquinas, já está em geração. Isso aqui é uma idéia do tipo das turbinas que foram planejadas, o tipo bulbo. Elas têm o eixo vertical, não necessitam de queda d'água, de queda média, de queda alta, é uma usina de baixa queda, ela já foi utilizada em outros empreendimentos, já é uma tecnologia, vamos dizer, que no Brasil já se conhece, são tecnologias já dominadas pela nossa engenharia. Tem mais de um fabricante, tem da Áustria, da GE, tem outras. Como eu disse, já tem algumas experiências no Brasil para esse tipo de turbina que é Canoas, Canoas I, Igarapava é uma usina da CEMIG, Canoas I e II, São Paulo e Paraná. Ali seria só um layout do sistema de transmissão que também é um estudo que não está sendo licenciado nesse primeiro momento. Os estudos de linha de transmissão não estão sendo feito licenciamento agora. Ali também é uma área dos domicílios atingidos por cada empreendimento, nós temos em Santo Antônio um cadastro de 437 domicílios atingidos e temos em Jirau 326 domicílios ao passo que aqueles praticamente sem domicílios, de Mutum Paraná estão naquele segundo número e temos ali uma porcentagem de cada área inundada, Santo Antônio 271 quilômetros quadrados ao passo que 61% do reservatório já é a calha do rio. Então o que teria de área inundada em Santo Antônio, seriam 107 quilômetros quadrados.

Ali nós temos alguns aspectos econômicos que foram colocados recursos financeiros durante a construção de cada usina, a parte mais econômica interessada aos órgãos públicos que seria o que geraria em receita. Nós temos ali uns números iniciais de trabalhadores que seriam envolvidos nos empreendimentos, de 1.500 trabalhadores nos meses iniciais e ali uma seqüência até um pico de aproximadamente 20.000 trabalhadores. Está ali colocado que serão priorizados os trabalhadores locais conforme a disponibilidade da mão-de-obra e também terá recursos para capacitação da mão-de-obra local. Eu não tenho aqui, mas é interessante colocar principalmente num primeiro momento da construção a instalação de um canteiro, que a maioria também aqui já trabalha em construção civil. A instalação de um canteiro de uma obra dessa não vai envolver só trabalhadores locais, vai envolver as empresas locais, as construtoras locais, os fornecedores locais, nós vamos ter um canteiro de obra para Santo Antônio que deve ter aproximadamente 100 quilômetros de via de acesso de estradas provisórias; provisória de 7 anos, mas que precisam de toda drenagem. Então os tubos para bueiros, coisas, serão locais todos aqui que trabalham com obras e só se traz o insumo de outro centro quando você não encontra no local. Rede elétrica provisória de canteiro também. Vamos ter mais de 150 quilômetros de rede interna provisória. Os postes de concreto que serão utilizados, com certeza, num primeiro momento vão ser adquirido no local. Então a gente colocou ali, o pessoal questiona muito a questão dos trabalhadores, mas tem o outro lado da prestação de serviços que virão principalmente no início da instalação do canteiro. É previsto um consumo de 50.000 metros cúbicos de concreto só no canteiro de Santo Antônio que com certeza vai ser comprado aqui na praça, porque não vai ter ainda centrais de concreto instaladas. Então são números, muita gente pode até não está gostando da colocação de muitos números, como colocou o nosso Presidente, mas números são coisas importantes para saber também. Ali é só para ter e fazer uma comparação, principalmente porque nós estamos num congresso para engenheiros.

FURNAS é uma empresa de engenharia, é uma empresa que conta, hoje, no seu quadro, com 4.500 funcionários efetivos, está certo? Ao passo que 3.071 são ligados às áreas técnicas, áreas de engenharia e dos 4.500 funcionários efetivos, 920 são engenheiros, está certo? Quando nós viemos aqui para um Congresso de Engenheiros a gente achou importante trazer esses números que no meu entendimento, reflete, vamos dizer, a construção de uma usina dessa grande parte dos funcionários, dos operários, pessoal envolvido vão ser técnicos. Então vai ser uma área que vai ter uma demanda muito grande local também. Ali está colocado alguns números também, a gente vai dar só um tempinho para o pessoal visualizar. Um aspecto importante também, que nós temos que colocar é quanto a energia gerada nessas usinas, a prioridade é de Rondônia. Muita gente fala: ah, mas a energia vai ser gerada e vai ser exportada. Não, a prioridade é de Rondônia, da região aqui, as empresas que sentem confiança de ter essa energia virão se instalar aqui, com certeza. Então é uma idéia, muitas vezes, colocada nas reuniões que nós temos feito; ah, mais essa energia não vai servir para Rondônia. Claro que vai, a prioridade é o local primeiro, o excedente sim, o excedente vai ser interligado com o sistema energético brasileiro. O que a gente tinha para apresentar para os colegas, para Mesa era uma idéia mais técnica do empreendimento, o nosso tempo é pouco.

Quero agradecer em nome de FURNAS o convite feito pelo CREA, pela Assembléia, pelo Sindicato e . E sempre estamos a disposição para qualquer esclarecimento, para qualquer informação a respeito.

O SR. PRESIDENTE(Jesualdo Pires) – Agradecemos a palestra; brilhante palestra do Dr. Nivaldo Campos, engenheiro de FURNAS e convidado agora o nosso palestrante Paulo Granja, que representa o FISENGE, Federação dos Sindicatos dos Engenheiros a nível nacional.

Eu quero anunciar aqui a pedido do Deputado Ribamar Araújo a presença dos Vereadores Djalma e o Vereador Pelezinho, que é o Presidente e Vereador da Câmara Municipal de Candeias. Sejam bem vindos Vereadores.

O SR. PAULO GRANJA – Bom dia a todos, inicialmente queria fazer saudação, cumprimentar o Deputado Jesualdo Pires, em nome dele cumprimentar todos os componentes aqui da Mesa; cumprimentar todos os Parlamentares, Deputados, Vereadores aqui presentes; cumprimentar na pessoal do nosso companheiro Ezequiel, todos os profissionais aqui presentes, engenheiros, arquitetos, agrônomos e todos os convidados. Estou dizendo o seguinte: estou vindo aqui representando o nosso Presidente da nossa Federação, o Olímpio, que manda um forte abraço para todos os profissionais, especialmente para o companheiro Ezequiel.

Na verdade nós estamos vindo aqui para tratar de uma campanha que o Sindicato dos Engenheiros de Rondônia está abraçando juntamente com todos os Sindicatos de Engenheiros e Arquitetos do Brasil, que é uma campanha pelo salário mínimo profissional, cujo foco nós colocamos, na verdade, é a campanha pela valorização profissional. E nesse sentido nós dizemos o seguinte: a valorização profissional começa na realidade, pelo respeito ao piso dos profissionais, sem isso nós entendemos que não há como fazer a valorização profissional. E nós dizemos o seguinte: que em todos os países onde a engenharia, se entende, entende engenharia como todas as atividades, o próprio Soares já falou; não é o engenheiro, mas é um

engenheiro, do arquiteto, do geólogo, geógrafo que a gente chama das engenharias que quiseram, tiveram passos largos a dar no seu desenvolvimento, valorizaram muito os profissionais, consideraram muito. E esses profissionais em mercado desenvolvidos, ganham espaços, ao contrário quando o mercado é desenvolvido, mas não busca esse desenvolvimento, esses profissionais perdem a importância desse mercado. E nós temos o exemplo do nosso Brasil; a partir de 1990 nós temos um levantamento de que existiam 187 mil profissionais empregados com vínculo formal no Brasil, e isso em 2000 essa quantidade baixou para 143 mil profissionais. Quer dizer, como é que se explica isso? É o foco de desenvolvimento que o país dar, ou seja, ele não está dando a importância ao seu próprio desenvolvimento. Nós trazemos aqui um estudo que foi contratado pelos Sindicatos, pela Federação, pela nossa Federação ao DIEESE, onde a gente tenta mostrar, dar um perfil de ocupação dos profissionais do sistema CONFEA-CREA, ou seja, onde esses profissionais estão com vínculo formal de emprego, esse estudo, é um estudo com dados oficiais, foram extraídos da RAIS, que é a Relação Anual de Informações Sociais, que todos os estabelecimentos empregadores são obrigados a preencher anualmente, eles preenchem com nome do profissional, a categoria que eles representam, a sua remuneração e esses dados vão para o Ministério do Trabalho. Então seja de empresa pública, empresa privada, organização não governamental, todos os profissionais, todos os trabalhadores brasileiros, estejam eles onde estiverem com vínculo formal de emprego, recebem contracheque ou um soldo, enfim, eles estão relacionados na RAIS. Não estão aqui naturalmente, os profissionais que estão fora do mercado de trabalho. Nós temos uma informação que para nós é relativamente assustadora; existem registrados no sistema CONFEA-CREA, isso com dados oficiais também, da página do CONFEA em 2003, 610 mil profissionais, desses 610 mil profissionais, quer dizer, os dados são de 2003, os dados que nós temos da RAIS são de 2005, nós temos uma avaliação se formando por ano, cerca de 25 mil profissionais em todo o Brasil, ou seja, teríamos em torno de 660 mil profissionais de 2005 para podermos comparar com o número de profissionais com vínculo formal de emprego em 2005. Eue esses são 172 mil, ou seja, para cada profissional empregado com vínculo formal de empregos, existem praticamente três profissionais fora do mercado formal. O quê que esses três profissionais estão fazendo a gente não tem efetivamente o registro, mas com certeza eles estão desempregados, sem emprego nenhum, ou eles estão fazendo serviço autônomo, ou estão fazendo serviço desviado da função, estão vendendo pizzas, estão dirigindo táxis, a gente não tem, só com uma pesquisa efetiva, cientificamente feita a gente consegue. Mas isso para nós é uma situação assustadora, porque o Brasil precisando se desenvolver, precisando desses profissionais do jeito que precisa, é importante que parte, a maior parte desses profissionais ao invés de está no mercado informal, desempregado ou fazendo outra coisa que não seja engenharia estivesse efetivamente trabalhando a serviço do desenvolvimento. Nós fizemos nesse trabalho uma comparação; temos o estudo completo para o Estado de Rondônia também, é um resultado, são dados oficiais e temos uma comparação, e eventualmente a gente pode fazer uma comparação com o Brasil. No caso de Rondônia, nós temos informação, também não oficiais porque o sistema está em processo de cadastramento, mas que cerca de 6 mil profissionais são registrados no CREA/RO, confere isso, mais ou menos nessa

ordem de grandeza? Pois bem, desses profissionais, apenas 785 profissionais têm vínculo formal de emprego aqui em Rondônia. Desses 785, quer dizer, é uma relação menor ainda do que a relação do Brasil, nacional, 579 são engenheiros, quer dizer, cerca de 74%. A gente está trabalhando com os dados dos profissionais que se registram, porque o cara que não se registra provavelmente é o cara que está fora do mercado, não está nem exercendo a engenharia. Isso é um quadro, um gráfico que representa os dados que eu já falei. Tem uma informação curiosa; ontem eu estava conversando com os companheiros que nos foram receber lá no aeroporto... o Estado de Rondônia tem uma peculiaridade, eles me contestaram isso, eu vou conferir isso, que os engenheiros no Brasil todo, eles representam, os homens representam a maioria esmagadora, cerca de quase 20% seriam mulheres, aqui em Rondônia é o contrário, aqui em Rondônia dos 579 engenheiros, 339 são mulheres, isso no mercado formal. Tudo isso que eu estou falando é no mercado formal, 339 são mulheres e 240 são homens, o que eu acho que é muito bom para a engenharia. É uma pena que isso não seja no Brasil todo, mas eu vou conferir porque os companheiros disseram que isso não é assim, que eles chamam para as reuniões, e a maioria são homens, no próprio sindicato a maioria são diretores, enfim, eu não sei se o CREA daqui tem essa informação nos registros, se tiver depois a gente troca uma figurinha.

Esse é um gráfico, eu tenho praticamente quase todos os slides, eles apresentam os dados e o gráfico em si. Vamos pegar a parte de baixo, que é Rondônia, quer dizer, seria 59% mulheres engenheiras e 41% homens; os agrônomos, a maioria são homens, 80% e 20% são mulheres, de arquitetos, arquitetos também é ao contrário no restante do Brasil, os arquitetos a maioria são mulheres e aqui em Rondônia são homens. E no caso dos geólogos e geofísicos são treze profissionais que nós encontramos com registro formal, todos são homens; treze profissionais e no Brasil 82% homens e 18% mulheres. Pois é, esses dados são de 2005 da RAIS, o que ocorre é o seguinte: a RAIS é um registro que apesar de oficial as empresas às vezes cometem erros, eu diria que não são significativos, mas são erros, na hora do seu próprio preenchimento de enquadramento.

Bom, nós temos aí um quadro que mostra o perfil ocupacional pela natureza do estabelecimento, então diríamos assim: aqui em Rondônia, por exemplo, a maior parte dos profissionais, dos engenheiros, por exemplo, está no setor público municipal, quer dizer, dos 579 profissionais, 391 estão no setor público municipal, não de Porto Velho, exatamente, mas de todos os municípios que a gente está falando aqui, a gente está falando aqui do Estado inteiro, na iniciativa privada, empresas privadas, 99 engenheiros. Eu vou falar dos engenheiros que é a categoria mais numerosa, então é isso. Quer dizer, o outro seria o segundo de maior concentração de profissionais na iniciativa privada e o maior no serviço público municipal. Esse é por tamanho de estabelecimento, que é o seguinte; nós dividimos ou separamos dessa maneira, pelo tamanho do estabelecimento, até 99 vínculos de emprego entre 100 e 499 e mais de 500. A maior parte dos profissionais, quer dizer, mais de 400 dos 579 engenheiros estão nos estabelecimentos grandes que tem mais de 500, não engenheiros, mas empregados, quer dizer, o estabelecimento

a gente está medindo pelo número de empregados no estabelecimento, números de funcionários, o que é natural as prefeituras acredito que tenha estão incluídas com uma massa maior do que 500 funcionários. Esse é o gráfico que representa a tabela anterior. Bom aí começa um interesse maior por conta da campanha que seria um mapeamento sobre quem ganha abaixo do salário mínimo profissional e quem ganha acima. A RAIS, a gente não consegue fazer a separação pelo valor do salário mínimo profissional que são nove salários mínimos, mas ele faz a estratificação a partir de dez, de 10,1 a 15, e mais de 15 foram os grupos que a gente selecionou. E como na RAIS não fala sobre o salário base, e o salário mínimo profissional, ele se refere ao salário base do profissional e na RAIS fala da remuneração dos que estão incluídos em outras gratificações, outros adicionais. Entendemos que aquela faixa de representação, faixa de remuneração de até dez salários mínimos, a gente pode entender que as pessoas que estão nessa faixa, realmente estão ganhando abaixo do salário mínimo profissional. Então no caso dos engenheiros em Rondônia, dos 579, 474 recebem abaixo do salário mínimo profissional, que dizer, para nós isso é um número também assustador e é claro que como a maioria está no serviço público municipal, a nossa conclusão quer dizer que dos 579 quase 400, 391 estão no serviço público municipal, significa que as prefeituras estão pagando, realmente muito mal os seus profissionais, e aí o trabalho, o trabalho que os Sindicatos, o CONFEA, Sistema CONFEA-CREA tem que fazer é de uma articulação local, nesses locais para que sejam incluídas nas Leis Orgânicas desses municípios uma alteração, o respeito ao salário mínimo profissional como já está existindo em algumas prefeituras. Isso existe no Rio de Janeiro, nós tivemos conhecimento pelo companheiro lá de Pernambuco que a Prefeitura de Recife, a cerca de duas semanas, se não me falha a memória, aprovou por 23 votos a 03 a inclusão na sua Lei Orgânica do respeito ao salário mínimo profissional dos profissionais, dos Engenheiros superando inclusive, o veto do Prefeito. Quer dizer, este trabalho Parlamentar é fundamental que ocorra. Mas esse seria apenas o primeiro passo, porque não basta estar incluído na lei Orgânica do Município o respeito ao salário mínimo profissional. É necessário porque o executivo trabalha com orçamento, então, é preciso que, além disso, além da parte legal esteja garantida as entidades e os Parlamentares consigam aprovar um orçamento que garanta essa remuneração mínima dos profissionais. Aí o Parlamentar, o Vereador, aqui, tem um papel fundamental. Nós já ficamos sabendo de como ele sofre por conta dessa luta mas é necessário aumentar, ampliar essa luta não só na Câmara dos vereadores, mas na Assembléia Legislativa, eu não tenho muito conhecimento de como é que está a situação local. Ali ele fala por faixa de remuneração, dar o exemplo do Brasil e de Rondônia, onde em Rondônia vocês vêem que é os Engenheiros, a primeira faixa é a faixa de até 10 salários mínimos, a segunda faixa, um pouquinho mais escura, é de dez a quinze e a outra mais escura, ainda é acima de quinze. Nós vemos uma coisa que acontece no Brasil, e acontece também aqui em Rondônia que os profissionais mais bem remunerados do sistema são os Geólogos e Geógrafos, quer dizer, está nesta categoria RAIS, a gente não conseguiu estratificar. E os Engenheiros aqui em Rondônia, estão sofrendo mais do que as outras categorias, percentualmente falando, não é só numericamente, mas

percentualmente. Os Engenheiros, mais de 80%, 83%, para ser preciso, ganham menos do que o salário mínimo profissional. Depois vem os arquitetos, depois os agrônomos e os geólogos com uma quantidade bastante pequena.

Esses são os dados do Brasil, vamos passar por este para não alongar muito. Por idade, esse é por salário ainda? Rondônia por idade. Esse gráfico aqui eu não estou conseguindo enxergar daqui direito. Esse aqui? Ah! sim esse gráfico ele mostra o seguinte; pegando pela faixa de remuneração e pela idade, ou seja, os profissionais mais novos, é até uma coisa natural que seja assim, recebem os menores salários, mas não significa que os mais velhos todos tenham os maiores salários. Os profissionais até 29 anos, os engenheiros 98% dos engenheiros até 29 anos, em Rondônia, recebem menos do que um salário mínimo profissional. Essa faixa melhora um pouquinho, essa relação melhora um pouquinho quando a gente pega a faixa entre 30 e 49 anos, que baixa de 98% dos profissionais que ganham, que ganham abaixo do salário mínimo profissional, para 82, ou seja, somente 19% dos profissionais na faixa etária de 30, 49 anos recebem acima do piso. Veja bem, isso aí é com referência a 2005, como nós estamos em 2007 e o salário mínimo em 2006, 2007 ele aumentou mais do que a inflação oficial, teve um ganho real, é possível que essa percentagem, hoje, eu diria sem medo de errar, que cresceu, mas que o pessoal de até 29 anos todos estão ganhando abaixo do piso e que de 30, 49 anos talvez a gente já tenha chegado aos 90% e na faixa de 50 anos ou mais, a metade dos profissionais ganham abaixo do piso salarial, abaixo do salário mínimo profissional; isso são os engenheiros. Essa relação é mais ou menos parecida com a dos agrônomos, os agrônomos também é quase totalidade, até 29 anos recebem abaixo do piso e acima de 50 anos os agrônomos tem uma relação melhor, eles ganham, a maioria ganham mais do que o piso, cerca de 74%. Os arquitetos, os arquitetos 100% os arquitetos em Rondônia, ganham abaixo do piso, até 29 anos é 100% os arquitetos com mais de cinquenta anos, ganham acima do piso, acima de cinquenta anos os arquitetos mais idosos, mais experientes. Já na categoria dos geólogos e geofísicos, a gente, nenhum geólogo, geofísico abaixo, até 29 anos ganham a baixo do piso, eles começam e isso é curioso porque mostra uma lógica que a gente tenta perseguir, quer dizer, o sujeito mas novo tem a remuneração mais baixa, a gente encontra geólogo entre 30, 40 talvez porque não tenha geólogo aqui com 29 anos, só se for isso, é capaz que não tenha geólogo novo aqui em Rondônia, mas 13% dos geólogos, apenas entre 30 e 49 anos recebem abaixo do salário mínimo profissional e todos acima de 50 também recebem acima do piso, sendo que 80% recebem acima de 15 salários mínimos, no total do sistema se a gente junta todas essas profissões o quadro seria muito parecido com os dos engenheiros, ou seja, 98% dos profissionais ganhando abaixo do piso, até 29 anos, 72% entre 30 e 40 anos ganhando abaixo do piso, e o pessoal mais experiente com 50 anos ou mais 39%, ganhando abaixo do piso. Repito, como o salário mínimo aumentou mais do que a inflação nos últimos 2 anos, essa curva aqui é mais grave. Muito obrigado e espero que eu tenha contribuído para esse estudo, para que a campanha do SENGE em Rondônia junto com os demais sindicatos possa fazer um belo trabalho como estar fazendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Queremos agradecer a belíssima palestra do Dr. Paulo Granja, representando aqui o FISENGE e dizer para o Paulo que de fato é uma luta árdua, Vereador Kruger. Como eu que agora tem mais de 100 dias como Deputado Estadual, temos todo o interesse e todo empenho para que realmente os nossos profissionais sejam valorizados. O Kruger agora comentando comigo, é uma grande dificuldade para que se estabeleça o salário mínimo na Prefeitura de Porto Velho, onde ainda existe 21 profissionais num corpo de 7.000 funcionários. Vocês imaginem então a falta de vontade, ou a falta de boa vontade normalmente de todos os executivos em adequar a situação desses profissionais, 21 profissionais no universo de 7.000 funcionários e a dificuldade de conseguir esse ganho que é previsto em lei. Quer dizer, tanto falta profissionais em termos de número quantitativo, como não se valoriza a questão do salário profissional desses profissionais.

O SR. PAULO GRANJA – Deputado, posso fazer uma complementação disso aí? Assistindo a Dr^a Raquel Monique do Ministério, em uma cidade, em uma palestra que ela fez no FISENGE ela declara que cerca de 70% das Prefeituras do Brasil não tem se quer um profissional, isso é assustador também, uma barbaridade.

O SR. PRESIDENTE (Jesualdo Pires) – Inclusive, eu também ontem aqui fazendo um pronunciamento sobre a questão da engenharia pública, comentei isso, que existe várias Prefeituras da região de Rondônia que não tem se quer um profissional da área de engenharia, que é um dado estarecedor profissional da engenharia, não existe. Eu só queria aqui antes de encerrar a nossa programação, fazer uma pergunta ao Dr. Nivaldo que foi formulada pelos Vereadores, Pelezinho e Djalma, e eu gostaria que o Dr. Nivaldo fosse bastante breve. O que eles querem saber é qual seriam os cursos de treinamentos e preparação para mão-de-obra das Hidrelétricas? Ou seja, ele queria saber qual seria a participação de FURNAS, do consórcio e se vai haver algum tipo de qualificação de mão-de-obra principalmente nessa cidade em torno aqui de Porto Velho, porque realmente nós temos níveis alarmantes de desemprego.

O SR. NIVALDO CAMPOS – Gostaria de cumprimentar os nobres vereadores.

O aspecto que nós tratamos foi dos impactos mais diretamente, vamos dizer das áreas ligadas ao empreendimento que seria os impactos ambientais principalmente. Mas podemos voltar a falar dos impactos sócio-econômicos. Nós comentamos que existe ou terá verbas do Governo federal, para qualificação de pessoas, não quer dizer que esses recursos ficarão só em Porto Velho, nós temos consciência que o Município de Candeias vai ser um parceiro muito grande durante as construções, porque trabalhadores, empresas vão estar instalados em Candeias com certeza. Então o Candeias também terá a participação, vamos dizer, nesses recursos. De que forma? Esses recursos estão previstos vir através principalmente no sistema S de ensino que é da FIERO, do SENAI, do SEBRAE, desses órgãos que já trabalham qualificação. E no nosso entendimento não está diretamente inscrito em algum lugar sobre Candeias, mas o bom senso diz que também esse Município vai ter uma

participação nesses recursos, e de outras formas, empresas que instalarão lá vão recolher ISS naquele município, com certeza. Eu não sei se eu fui claro ou se está inscrito isso aí em algum lugar, mas com certeza esse município também vai ser beneficiado.

O SR. PRESIDENTE (Jesusaldo Pires) – Agradeço Dr. Nivaldo, agradeço aos palestrantes e queremos agradecer em nome do Deputado Neodi Carlos, o Presidente desta casa a participação de todos, a participação de todos os convidados, dos deputados e das pessoas que aqui participaram dessa audiência pública, que reputo da maior importância. Agradecer especialmente ao Vereador Kruger, colega nosso que se empenhou muito para que esse evento fosse realizado aqui nesta Assembléia. Agradecer especialmente, também, o Dr. Ezequiel Ramos, Presidente do Sindicato dos engenheiros do Estado de Rondônia; Dr. Geraldo Sena, Presidente do CREA; os dois palestrantes. Enfim, agradecer a presença de todos aqui na nossa Assembléia, e dizer que estamos a disposição de todos e convidá-los e justificar também a minha ausência da continuação do Congresso Estadual que começara efetivamente os debates e todas as palestras a partir de amanhã dia 24 de maio e se estenderá até o dia 26 que é um sábado. Estarei ausente porque estarei viajando essa madrugada para São Paulo, para tratar de alguns assuntos.

Então eu gostaria de justificar Dr. Geraldo, Dr. Ezequiel, a minha ausência, mas com certeza estarei presente em todas as atividades, como tenho tido esse comportamento desde que assumi o meu mandato de está juntos com os meus colegas profissionais do qual eu disse anteriormente, que eu me orgulho muito de participar.

Quero agradecer a Deus, e agora eu gostaria de convidar a todos os presentes para de pé ouvirmos o Hino Céus de Rondônia.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada essa Sessão Solene.

(Encerra-se esta sessão às 12 horas e 27 minutos).

TERMO ADITIVO

SEXO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/ALE/2004

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Contratada: F3 Comercial Ltda.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a renovação do Contrato nº 005/ALE/2004, referente à Contratação dos serviços de 01 Fotocopiadora com velocidade mínima de 50 cópias por minuto, com controle de cartões, com uma franquia de 100.000 cópias/mês por máquina, incluindo-se o fornecimento de papel, material de consumo, operador e respectivas manutenções preventivas e corretivas, para atender os gabinetes dos Srs. Deputados e outros setores, 01 Fotocopiadora com velocidade mínima de 50 cópias por minuto,

com controle de cartões, com uma franquia de 100.000 cópias /mês por máquina, incluindo-se o fornecimento de papel, material de consumo, operador e respectivas manutenções preventivas e corretivas, para atender a Escola do Legislativo, 01 Fotocopiadora com velocidade mínima de 20 cópias por minuto, com controle de cartões, com uma franquia de 20.000 cópias/mês por máquina, incluindo-se o fornecimento de papel, material de consumo e respectivas manutenções preventivas e corretivas, para atender a Diretoria de Recursos Humanos, 01 Fotocopiadora digital com velocidade mínima de 20 cópias por minuto, com uma franquia de 20.000 cópias /mês por máquina incluindo-se o fornecimento de papel, material de consumo e respectivas manutenções preventivas e corretivas, para atender a Assessoria da Mesa Diretora, 05 Fotocopiadoras com velocidade mínima de 12 cópias por minuto, inclui-se o fornecimento de material de consumo e respectivas manutenções preventivas e corretivas, para atender ao gabinete da Presidência, a Diretoria Financeira, a Secretaria Administrativa, a Procuradoria e o Departamento Médico e Odontológico da ALE.

Valor: O valor global do contrato a vigor no período de 02 meses será de R\$27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).

Vigência: abril e maio de 2007.

Data da Assinatura: 02 de abril de 2007

Assinam:

Presidente da ALE/RO - Deputado NEODI CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA

F3 Comercial Ltda – representada por FRANCISCO WILIAMMY NUNES FERNANDES

Advogado Geral da ALE/RO – Dr. APARÍCIO PAIXÃO RIBEIRO JUNIOR

ATOS DIVERSOS

ATO/ADM/GP/Nº 1701/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESTITUIR

AGNALDO DEUSDETE DE JESUS MARTINS, do cargo de Membro, na Comissão Permanente de Recebimento, Acompanhamento e Fiscalização de Bens, Materiais e Serviços, comissão nomeada através do Ato ADM/GP/Nº 1104/07, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº40, pagina nº790, de 14/04/07, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1702/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR

AGNALDO DEUSDETE DE JESUS MARTINS, como Membro, na Comissão Permanente de Licitação, comissão nomeada através do Ato ADM/GP/Nº 0529/07, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 30, pagina nº 594, de 26/03/07, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1696/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

ALTERAR

A lotação para a Área Administrativa da Presidencia, da servidora **ANA PAULA BOENG LIMA**, que exerce o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Parlamentar, código AP-28, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1697/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

d:

DESIGNAR

ANGELA POSSER RAMOS, como Membro, na Comissão Especial de Tomada de Contas, comissão nomeada através do Ato ADM/GP/Nº 0404/07, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 17, pagina nº 334, de 28/02/07, a partir de 02 de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1700/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR

CLODOALDO ANDRADE, como Membro, na Comissão Permanente de Licitação, comissão nomeada através do Ato ADM/GP/Nº 0529/07, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 30, pagina nº 594, de 26/03/07, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO ADM/GP Nº 1694/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

PRORROGAR

Por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Tomada de Contas, nomeada pelo ATO /ADM/GP/Nº. 0404/07, publicada no Diário Oficial da ALE-RO, nº. 17, pagina 334 de 28/02/07, sendo o período de 02 de maio a 30 de junho de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira – Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1703/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESTITUIR

DEISI REJANE VARGAS, do cargo de Membro, na Comissão Permanente de Licitação, comissão nomeada através do Ato ADM/GP/Nº 0529/07, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº30, pagina nº594, de 26/03/07, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

- **Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1692/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e,

nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

ENOCZ DIONÍSIO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-27 + G.R.G., no Gabinete do Deputado Neodi Carlos, a partir de 14 de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1695/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

D E S I G N A R

FRANCISCO CARLOS ALMEIDA LEMOS, como Membro, em substituição, na Comissão Especial de Tomada de Contas, comissão nomeada através do Ato ADM/GP/Nº 0404/07, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 17, pagina nº 334, de 28/02/07, a partir de 02 de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1505/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

D E S I G N A R

HERIKA LIMA FONTENELE, como Membro, da Comissão Especial de Tomada de Contas, comissão nomeada através do Ato ADM/GP/Nº 1104/07, publicada no Diário Oficial/Ale-RO, nº40, pág. 790 de 17/04/07, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 04 de maio de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1704/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

D E S T I T U I R

LEIDE DIANA SEMLER VARGAS, do cargo de Membro, na Comissão Permanente de Licitação, comissão nomeada através do Ato ADM/GP/Nº 0529/07, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº30, pagina nº594, de 26/03/07, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1584/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005, resolve:

N O M E A R

RENATO BARBOSA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-17 + G.R.G., no Gabinete do Deputado Prof. Dantas, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 09 de maio de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº 1699/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

D E S I G N A R

ZULMIRA SALETE DA SILVA, como Membro, na Comissão Especial de Avaliação de Desempenho e Mérito, comissão nomeada através do Ato ADM/GP/Nº 0701/07, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 25, pagina nº 493, de 19/03/07, a partir de 1º de maio de 2007.

Porto Velho, 15 de maio de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -
Presidente**